



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TARDE

ANALISTA JUDICIÁRIO - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ANALISTA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

PROVA OBJETIVA E PROVA DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo 70 questões objetivas e uma discursiva, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de textos definitivos para a transcrição da resposta da questão discursiva



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação das alternativas na folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição da resposta da questão discursiva para a folha de textos definitivos
- **2 horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, **sem levar o caderno de provas**
- **30 minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de provas
- Assinar ou rubricar a folha de textos definitivos nem fazer qualquer marca que identifique o candidato, sob pena de anulação e automática eliminação do concurso



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se este caderno de provas está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências
- Na folha de respostas das questões objetivas e na folha de textos definitivos da questão discursiva, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchimento
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul**
- Assine seu nome **apenas nos espaços reservados** na folha de respostas e na folha de textos definitivos
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de provas com cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas e/ou em sua folha de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala e providências
- O preenchimento da folha de respostas e da folha de textos definitivos é de sua responsabilidade e, em caso de erro, não será permitida a sua substituição
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e as transcrições na folha de textos definitivos
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

1

Há diferentes processos de raciocínio; entre as frases abaixo, aquela que mostra o método indutivo de raciocínio é a seguinte:

- (A) Todos os feijões deste saco são pretos, estes feijões provêm deste saco, logo eles são pretos.
- (B) Estes feijões provêm deste saco, estes feijões são pretos, logo todos os feijões deste saco são pretos.
- (C) Todos os feijões deste saco são pretos, estes feijões são pretos, logo os feijões provêm deste saco.
- (D) Os feijões deste saco são pretos, assim, eles são pretos porque provêm deste saco.
- (E) Estes feijões deste saco são pretos e também são pretos estes feijões, logo eles provêm deste saco.

2

O escritor italiano Leopardi escreveu em seus *Pensamentos*:

“Como as prisões e as galeras estão cheias de pessoas, segundo elas, inocentíssimas, assim os empregos públicos e as honrarias de toda espécie são ocupados apenas por pessoas convidadas e forçadas a aceitar a seu malgrado. É quase impossível encontrar alguém que confesse ter merecido as penas que sofre, ou procurado ou desejado as honrarias de que goza”.

Sobre a estruturação ou a significação desse fragmento textual do século XVIII, é correto afirmar que:

- (A) os presos e os ocupantes de cargos públicos de importância mostram em comum a hipocrisia;
- (B) o pronome “elas” se refere, anaforicamente, aos substantivos “prisões” e “galeras”;
- (C) a forma verbal “são ocupados” se combina semanticamente com “empregos públicos” e “honrarias”;
- (D) os termos “forçadas” e “penas que sofre” são empregados por ironia;
- (E) o termo “toda espécie” deveria ser adequadamente substituído por “toda a espécie”.

3

A língua escrita tem diferentes funções. Cada uma das alternativas abaixo contém um texto no qual se evidencia uma dessas funções.

A alternativa em que essa função está corretamente explicitada é:

- (A) A cozinheira abriu o livro de receitas de sua avó e seguiu passo a passo as instruções ali dadas. / nesse caso, a função da escrita é a preservação de conhecimentos;
- (B) O rapaz escolheu um dos mais belos poemas de Camões para mandar à sua namorada, mas perguntou-se se aquele poema, de tanto tempo atrás, ainda fazia efeito. / nesse caso, a função da escrita é a de transferir um texto de um local a outro;
- (C) O leitor apreciou com emoção o texto de Guimarães Rosa, que já lia pela vigésima vez, tal a sua beleza. / nesse caso, a função da escrita é transmitir conhecimento para o leitor;
- (D) O repórter colocou à sua frente os nomes dos políticos que precisava citar na reportagem. / nesse caso, a função da escrita é produzir textos de qualidade artística;
- (E) O publicitário fez um cartaz colorido e pregou suas cópias nas paredes do bairro a fim de que os vizinhos conhecessem o produto. / nesse caso, a função da escrita é a de memorizar.

4

A frase abaixo que mostra confusão entre os parônimos “cavaleiro” e “cavalheiro” é:

- (A) “Como deveria tratar as damas e cavalheiros, em meio de um grande salão cheio de espelhos e cadeiras douradas?” (O Cortiço – Aluísio Azevedo);
- (B) “A força moral da nação tinha, portanto, desaparecido, e a força material era apenas um fantasma; porque, debaixo das lorigas dos cavaleiros e dos saios dos peões das hostes não havia senão ânimos gelados, que não podiam aquecer-se ao fogo do santo amor da terra natal.” (Eurico, o Presbítero – Alexandre Herculano);
- (C) “A esta gente bruta e indomável, cujo esforço vem das crenças da outra vida, se juntam os esquadrões de cavaleiros sarracenos que vagueiam pelas solidões da Arábia, pelas planícies do Egito e pelos vales da Síria...” (Eurico, o Presbítero – Alexandre Herculano);
- (D) “Os raios matutinos faziam alvejar os turbantes e cintilavam nos ferros das lanças que os cavaleiros tinham em punho...” (Eurico, o Presbítero – Alexandre Herculano);
- (E) “Os cavalheiros passaram um pelo outro como relâmpagos, para logo tornarem a voltar arrancando das espadas.” (Eurico, o Presbítero – Alexandre Herculano).

5

Observe as frases abaixo, retiradas da obra *Eurico, o Presbítero*, de Alexandre Herculano.

A alternativa em que está correta a forma da palavra sublinhada é:

- (A) “Nestes corações, aonde reinavam afetos ao mesmo tempo ardentes e profundos, porque neles a índole meridional se misturava com o caráter tenaz dos povos do norte, a moral evangélica revestia esses afetos de uma poesia divina...”;
- (B) “Nunca a sua mão benéfica deixou de estender-se para o lugar aonde a aflição se assentava; nunca os seus olhos recusaram lágrimas que se misturassem com lágrimas de alheias desventuras.”;
- (C) “Servo ou homem livre, liberto ou patrono, para ele todos eram filhos. Todas as condições se nivelavam onde ele aparecia.”;
- (D) “E o animal que ri e chora, o rei da criação, a imagem da divindade, aonde é que se escondera?”;
- (E) “– Quero respirar o ar puro e fresco da tarde; mais nada repliquei. – Leva-me, onde te aprover.”.

6

A frase que mostra um termo sublinhado que só pode ser identificado graças ao conhecimento de mundo do leitor, já que não foi mencionado antes, é:

- (A) O telefone tocou no escritório e o toque foi escutado por todos os presentes.
- (B) A igreja estava cheia, pois era dia de casamento de gente importante; o sacerdote estava com a batina nova.
- (C) A mulher estava grávida de seis meses e durante toda a gravidez pediu que lhe comprassem doces variados.
- (D) O carro era novo e o proprietário exigia que os passageiros limpassem os pés antes de entrarem no veículo.
- (E) Os convidados deixavam os presentes na porta onde eles recebiam a identificação do doador.

7

Todas as frases abaixo mostram um substantivo precedido por um artigo definido. A explicação para esse emprego é dada ao final de cada frase.

A única explicação incorreta é:

- (A) Uma das joias herdadas de meu pai foi um relógio de ouro, datado de 1780. A peça, digna de um museu, havia sido comprada por meu avô em um leilão. / referência a um termo anterior por meio de um hiperônimo;
- (B) A cooperativa agrícola é de todos os sócios com igualdade de direitos. A assembleia de sócios elege uma junta diretora e a junta toma as decisões necessárias. / repetição de um termo já mencionado anteriormente;
- (C) Augusta havia idealizado o seu príncipe encantado como um cavalheiro do século XVIII, um produto de uma tradição cultural concreta. E aqui convém recordar que as tradições culturais constituem um fator de peso nessa área. / referência baseada no conhecimento de mundo do leitor;
- (D) Pode-se imaginar uma apólice de seguros que cobrisse os danos provocados por incêndios florestais? Dada a frequência e magnitude dessas catástrofes, o contrato não seria rentável para nenhum dos lados. / referência a um termo já mencionado (“apólice de seguros”);
- (E) O hotel em Copacabana recebe o turista em um hall espelhado de onde sai um corredor que conduz diretamente aos apartamentos. A passagem está decorada com móveis antigos. / repetição de um termo já mencionado por meio de um sinônimo.

8

No texto abaixo, é necessário apresentar pela primeira vez a entidade a que depois se faz referência.

“_____ deixaram obsoletas, em 1937, as de algodão, seda ou lã. As empregadas da casa Du Pont, firma em que trabalhava o inventor dessa peça feminina, Wallace Carothers, foram as primeiras a experimentarem essas meias eróticas. A seguir se venderam 64 milhões de pares nos Estados Unidos.”

A forma mais adequada estruturalmente para preencher a lacuna da frase é:

- (A) As meias de náilon;
- (B) As meias;
- (C) As novas meias;
- (D) As peças femininas eróticas;
- (E) As meias revolucionárias.

9

Uma pergunta muito comum é “Para que aprender a escrever?”. Entre as frases abaixo, aquela que NÃO serve de resposta a essa pergunta é:

- (A) “O que se deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço.” (Crítica Literária – Machado de Assis);
- (B) “Aprende a escrever bem ou a não escrever de jeito nenhum.” (Ensaio sobre a Sátira – Dryden);
- (C) “À questão sempre formulada: ‘Por que escreveis?’ a resposta do poeta será sempre a mais breve: ‘Para viver melhor.’!” (Resposta a um Questionário – Saint-John Perse);
- (D) “Se escrevo é primeiro porque amo os homens. Tudo vem disso pra mim. Amo e por isso é que sinto esta vontade de escrever, me importo com os casos dos homens, me importo com os problemas deles e necessidades.” (Cartas a Manuel Bandeira – Mário de Andrade);
- (E) “Instruir e divertir os povos deve ser o empenho dos escritores; os mais hábeis são os que instruem divertindo.” (Máximas, Pensamentos e Reflexões – Marquês de Maricá).

10

A frase abaixo – retirada do romance *O Mulato*, de Aluísio Azevedo – em que a palavra “coisa” foi substituída por uma palavra ou expressão de valor referencial inadequado ao contexto é:

- (A) “A menina precisava de alguém que a guiasse, que a conduzisse! Um homem nunca podia servir para essas coisas!” / funções;
- (B) “Era um bocadinho supersticiosa: não queria as chinelas emborcadas debaixo da rede e só aparava os cabelos durante o quarto crescente da lua. ‘Não que acreditasse nessas coisas’, justificava-se ela, ‘mas fazia porque os outros faziam.’” / tradições;
- (C) “— Tem já o seu pecúlio, tem! considerava ele. A mulher que o quisesse, levava um bom marido! Aquele virá a possuir alguma coisa... é moço de muito futuro!” / bens;
- (D) “Era cronicamente virgem, mas afirmava que em moça, rejeitara muito casamento bom. Dava-se a coisas de igreja; sabia vestir anjos de procissão e pintava os cabelos com cosmético preto.” / atividades;
- (E) “Dias, o piedoso, o doce Luís Dias, também comparecera aquela noite à sala do patrão. Lá estava, metido a um canto, roendo ferozmente as unhas, o olhar imóvel sobre Ana Rosa, que, ao piano, dispunha-se a tocar alguma coisa e experimentava as teclas.” / música.

11

Em todas as alternativas abaixo, os termos sublinhados foram substituídos, na continuidade da frase, por pronomes demonstrativos.

A única frase em que o pronome substituto NÃO é um pronome demonstrativo, como os demais, é:

- (A) “Não devemos nunca nos acostumar com a vida; isto seria a morte.” (Paulo Bomfim);
- (B) “Poucas vezes quem ganha o que não merece agradece o que ganha.” (Quevedo);
- (C) “Deve-se evitar chamar alguém por um apelido, ainda que ele esteja acostumado a isso.” (W. Hazlitt);
- (D) “E desde então todo o povo alemão foi dividido pelo seu governo em duas classes: a dos espíões e a dos espionados.” (Ludwig Börne);
- (E) “Adular os tolos é um meio ordinário de os desfrutar; os velhacos o empregam eficazmente.” (Marquês de Maricá).

12

Nas opções abaixo, há termos destacados que são omitidos na continuidade da frase.

A exceção é:

- (A) “O progresso é a injustiça que cada geração comete em relação à precedente.” (M. Cioran);
- (B) “Amigo verdadeiro é aquele que nos quer apesar de nada.” (Sofocleto);
- (C) “Longo é o caminho ensinado pela teoria, curto e eficaz, o do exemplo.” (Sêneca);
- (D) “De nada serve ao homem ganhar a Lua se chega a perder a Terra.” (François Mauriac);
- (E) “O computador é tão tolo quanto o homem.” (Giraudoux).

13

A frase em que a substituição de um termo extenso (sublinhado) por um mais simples acarreta alteração significativa do sentido original é:

- (A) A totalidade dos eleitores foi impedida de votar em função do temporal que assolou a região. / Todos os;
- (B) Os governos esperam que os eleitores reconheçam os benefícios que lhes foram feitos. / bens;
- (C) Nem sempre a utilização de um remédio traz benefício à saúde. / o uso;
- (D) Os novos decretos institucionalizados não foram bem recebidos pela população. / impressos;
- (E) Um mal generalizado deixa de ser visto como um mal. / geral.

14

Em todas as frases abaixo, estão sublinhados um substantivo e um adjetivo.

A opção em que o adjetivo NÃO corresponde semanticamente ao substantivo é:

- (A) As crianças algumas vezes mudam de reações diante das mesmas coisas e essa mudança infantil é frequente.
- (B) Os esgotos urbanos são muito importantes para a limpeza das idades.
- (C) Periódicos exames cardíacos deixam o coração em paz.
- (D) A Lua continua trazendo surpresas e agora mesmo os chineses trouxeram novidades sobre a face lunar oculta.
- (E) Após a leitura de várias linhas, o aluno decidiu abandonar essa leitura literal e ler mais rapidamente.

15

Considere a frase de Eugênio Mohallem a seguir.

“Aniversário: aquela festa onde comemoramos estar um ano mais próximo da morte.”

Em relação à estruturação ou significação da frase acima, é correto afirmar que:

- (A) a frase mostra uma estrutura de definição de um termo, feita de forma objetiva;
- (B) o termo “aniversário” foi referido por meio de um sinônimo (“festa”);
- (C) o emprego do demonstrativo “aquela” se justifica pela referência a um tempo distante;
- (D) o termo “onde” mostra um mau emprego, devendo ser substituído por “quando”;
- (E) a frase traz uma visão otimista de um aniversário.

16

Leia a frase de Epicuro a seguir.

“A morte não é nada, já que quando somos, a morte ainda não veio, e quando a morte vem, já não somos.”

Em relação à estruturação ou significação da frase acima, é correto afirmar que:

- (A) a repetição do termo “a morte” não traz um problema de estruturação da frase porque há ênfase intencional no emprego;
- (B) como o verbo “ser” é um verbo de ligação, seu emprego na frase reduz a qualidade do texto;
- (C) a expressão “não é nada” equivale a “é tudo”, podendo esta substituir a forma anterior;
- (D) os termos “ainda” e “já” são expressões de tempo, respectivamente de tempo passado e tempo futuro;
- (E) a forma “vem” está inadequada e deveria ser substituída por “vier”, já que se trata de um evento futuro.

17

Todas as opções abaixo mostram orações adjetivas sublinhadas; a alternativa em que houve uma substituição inadequada de uma oração por um adjetivo ou locução é:

- (A) “A maior lição que a idade madura nos dá é aprender a ser o que somos.” (Gal Costa) / da maturidade;
- (B) “A mocidade é um dia que passa.” (Carmen Suplicy) / passageiro;
- (C) “As únicas raízes que precisamos preservar são as da mandioca.” (Joãosinho Trinta) / preservativas;
- (D) “A espécie humana é a única que sabe que deve morrer.” (Voltaire) / consciente de;
- (E) “Os homens não seguem aqueles que estão em dúvida.” (Walter Lippmann) / vacilantes.

18

Um problema frequente na língua escrita é a redundância, ou seja, a utilização de palavras com o mesmo significado, tornando-as desnecessárias.

A frase abaixo que NÃO mostra nenhum tipo de redundância é:

- (A) “Não me preocupo tanto com o que sou na opinião dos outros, quanto com o que sou na minha própria opinião.” (Montaigne);
- (B) “O homem pouco inteligente não pode ter ilusões: ou engana-se a si mesmo ou trata de enganar os outros.” (Stendhal);
- (C) “A pessoa deveria se autoexaminar por bastante tempo antes de pensar em condenar os outros.” (Molière);
- (D) “Uma lagarta que buscasse conhecer a si própria jamais se transformaria numa borboleta.” (André Gide);
- (E) “Cego é o homem que enxerga somente a sua imagem no espelho.” (Ana Maria B. Gil).

19

Na frase de César Augusto – “Apressa-te devagar.” – há a presença de um paradoxo, ou seja, o emprego de palavras que contrariam a lógica ou o senso comum, o que também ocorre na seguinte frase de Machado de Assis:

- (A) “Faria, apesar do dia e da festa, ria mal, ria sério, ria aborrecido, não acho forma de dizer que exprima com exatidão a verdade.” (Memorial de Aires);
- (B) “Mas já que falei dos meus tios, deixem-me aqui fazer um curto espaço genealógico.” (Memórias Póstumas de Brás Cubas);
- (C) “Sabemos que a moça não era bonita. Pois estava linda, à força da felicidade.” (Quincas Borba);
- (D) “Estava em casa de D. Cesária, onde a irmã escurecia tudo com a sua viuvez recente.” (Memorial de Aires);
- (E) “Eu não sou propriamente um autor defunto, mas um defunto autor.” (Memórias Póstumas de Brás Cubas).

20

Um dos problemas mais frequentes na língua escrita é o da repetição de palavras idênticas, gerando uma série de diferentes estratégias para evitá-la. Em todas as frases abaixo há repetições de palavras idênticas.

A observação adequada sobre uma dessas repetições é:

- (A) “Se você não for melhor amanhã que hoje, então para que você precisa do amanhã?” (Rahbi da Bratislava) / repetição de palavras da mesma classe gramatical;
- (B) “Um homem competente é um homem que se equivoca segundo as regras.” (Paul Valéry) / repetição de palavras de diferentes classes gramaticais;
- (C) “A adolescência é um tribunal inesperado: o julgamento do pai pelo filho e o julgamento do filho pelo pai.” (Paulo Mendes Campos) / repetição de palavras com significado e classe diferentes;
- (D) “Se os fatos contradizem os profetas, pior para os fatos.” (Nelson Rodrigues) / repetição de palavras da mesma classe gramatical e mesmo significado;
- (E) “A alma é essa coisa que nos pergunta se a alma existe.” (Mário Quintana) / repetição de palavras de significados diferentes.

Legislação Especial, Noções dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Ética no Serviço Público

21

O Tribunal Pleno, órgão máximo da estrutura do Tribunal de Justiça, é composto pela totalidade dos desembargadores integrantes da Corte e é presidido pelo seu presidente, a quem caberá organizar suas pautas, conduzir as sessões e decidir pontualmente sobre questões de ordem, submetendo-as ao Plenário em caso de oposição de qualquer de seus membros.

Nesse cenário, considerando as disposições do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que as sessões do Tribunal Pleno:

- (A) poderão ser presenciais, telepresenciais, virtuais ou híbridas, realizando-se num único dia ou prolongando-se por mais dias quando o assunto assim recomendar, sendo as deliberações tomadas por maioria simples dos desembargadores presentes, excepcionados os casos em que o Regimento Interno disponha em sentido diverso;
- (B) poderão ser presenciais ou híbridas, realizando-se num único dia ou prolongando-se por mais dias quando o assunto assim recomendar, sendo as deliberações tomadas por três quintos dos desembargadores presentes, excepcionados os casos em que o Regimento Interno disponha em sentido diverso;
- (C) serão presenciais, realizando-se num único dia ou prolongando-se por mais dias quando o assunto assim recomendar, sendo as deliberações tomadas por maioria absoluta dos desembargadores presentes, excepcionados os casos em que o Regimento Interno disponha em sentido diverso;
- (D) poderão ser presenciais, telepresenciais, virtuais ou híbridas, realizando-se num único dia, sendo as deliberações tomadas por maioria absoluta dos desembargadores presentes, excepcionados os casos em que o Regimento Interno disponha em sentido diverso;
- (E) serão presenciais, realizando-se num único dia, sendo as deliberações tomadas por maioria absoluta dos desembargadores presentes, excepcionados os casos em que o Regimento Interno disponha em sentido diverso.

22

Lucas, analista lotado em unidade vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, praticou, no exercício de suas funções, infração disciplinar.

Nesse cenário, considerando as disposições da Resolução nº 03/2025 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que cabe à Comissão:

- (A) Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, subordinada ao Gabinete dos Juízes Auxiliares da Presidência do Tribunal de Justiça, a apuração de responsabilidade de servidor lotado em unidade vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça, por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontra investido;
- (B) Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, subordinada à Corregedoria Geral da Justiça, a apuração de responsabilidade de servidor lotado em unidade vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça, por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontra investido;
- (C) Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, subordinada ao Conselho da Magistratura, a apuração de responsabilidade de servidor lotado em unidade vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça, por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontra investido;
- (D) Temporária de Processo Administrativo Disciplinar, subordinada ao Gabinete dos Juízes Auxiliares da Presidência do Tribunal de Justiça, a apuração de responsabilidade de servidor lotado em unidade vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça, por infração praticada no exercício de suas atribuições ou fora dele;
- (E) Temporária de Processo Administrativo Disciplinar, subordinada à Corregedoria Geral da Justiça, a apuração de responsabilidade de servidor lotado em unidade vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça, por infração praticada no exercício de suas atribuições ou fora dele.

23

As serventias judiciais fornecerão certidão relativa ao ajuizamento ou processamento de feito, ressalvados os processos abarcados por segredo de justiça, observadas as disposições legais.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:

- (A) recolhidas as custas, a certidão será fornecida em até oito dias, mediante requerimento escrito, declinando sua finalidade, contados do recebimento deste, e observada a ordem cronológica de sua apresentação, podendo o chefe de serventia autorizar a expedição em caráter urgente;
- (B) recolhidas as custas, a certidão será fornecida em até oito dias, mediante requerimento escrito, declinando sua finalidade, contados do recebimento deste, e observada a ordem cronológica de sua apresentação, podendo o juiz competente autorizar a expedição em caráter urgente;
- (C) recolhidas as custas, a certidão será fornecida em até oito dias, mediante requerimento oral ou escrito, declinando sua finalidade, contados do recebimento deste, e observada a ordem cronológica de sua apresentação, podendo o chefe de serventia autorizar a expedição em caráter urgente;
- (D) a certidão será fornecida em até 48 horas, mediante requerimento oral ou escrito, declinando sua finalidade, devendo a parte, em até oito dias, efetuar o recolhimento das custas;
- (E) a certidão será fornecida em até 48 horas, mediante requerimento escrito, declinando sua finalidade, devendo a parte, em até oito dias, efetuar o recolhimento das custas.

24

Durante a campanha eleitoral, Caio, candidato ao cargo de prefeito do Município Alfa, no Estado do Rio de Janeiro, prometeu aos eleitores que iria defender a criação de uma Comarca na referida municipalidade, de forma a ampliar o acesso à justiça por parte da coletividade em geral.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro, a instalação da Comarca Alfa deverá ser feita por:

- (A) lei de iniciativa do Tribunal de Justiça ou da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa, dependendo a instalação e o funcionamento de disponibilidade orçamentária, ocorrendo mediante ato da Presidência do Tribunal;
- (B) resolução da Presidência do Tribunal de Justiça, dependendo a instalação e o funcionamento de disponibilidade orçamentária, ocorrendo mediante ato da Presidência da Assembleia Legislativa;
- (C) lei de iniciativa do Conselho Nacional de Justiça, dependendo a instalação e o funcionamento de disponibilidade orçamentária, ocorrendo mediante ato da Presidência do Tribunal;
- (D) resolução da Presidência do Tribunal de Justiça, dependendo a instalação e o funcionamento de disponibilidade orçamentária, ocorrendo mediante ato do governador do estado;
- (E) lei de iniciativa do Tribunal de Justiça, dependendo a instalação e o funcionamento de disponibilidade orçamentária, ocorrendo mediante ato da Presidência do Tribunal.

25

O Supremo Tribunal Federal foi provocado a decidir sobre a validade de uma lei municipal que tornava obrigatória a adaptação de computadores para pessoas com deficiência visual em *lan houses*, *cyber* cafés e estabelecimentos similares.

No que se refere a esse tema, de acordo com a Constituição Federal, a competência para legislar sobre a proteção e integração social das pessoas com deficiência é:

- (A) da União;
- (B) dos estados;
- (C) dos municípios;
- (D) da União e dos estados;
- (E) da União, dos estados e dos municípios.

26

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) instituiu o mecanismo da tomada de decisão apoiada, que consiste em um instrumento processual eficaz para auxiliar e apoiar a pessoa com deficiência a tomar decisões.

Sobre esse instrumento, é correto afirmar que:

- (A) qualquer pessoa pode apresentar denúncia sobre eventual negligência de um apoiador;
- (B) a pessoa com deficiência pode selecionar até três pessoas para servirem como apoiadoras;
- (C) o Ministério Público pode indicar um indivíduo ou instituição para atuar como apoiador;
- (D) a pessoa apoiadora pode colocar fim imediato ao acordo firmado em processo de tomada de decisão apoiada;
- (E) prevalecerá, em regra, a opinião da pessoa apoiada em caso de divergência de opiniões entre a pessoa apoiada e um dos apoiadores.

27

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi ratificada pelo Brasil conforme procedimento previsto no Art. 5º, §3º, da Constituição Federal, tendo sido promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009.

A Convenção reconhece que as difíceis situações enfrentadas por pessoas com deficiência podem ser agravadas por outras formas de discriminação sofridas por grupos marginalizados, razão pela qual contém dispositivo específico para alguns desses grupos, como:

- (A) idosos com deficiência;
- (B) mulheres com deficiência;
- (C) indígenas com deficiência;
- (D) transexuais com deficiência;
- (E) pessoas negras com deficiência.

28

A Lei nº 13.146/2015 prevê, em seu Título II (“Dos crimes e das infrações administrativas”), uma série de condutas ilícitas que, se praticadas, podem resultar em pena de reclusão de até 14 anos.

Será de competência da Justiça Federal o processamento e julgamento do crime de discriminação contra pessoa com deficiência, previsto no Art. 88 da referida Lei, quando praticado mediante:

- (A) publicação em revista on-line;
- (B) afixação de pôster ou *banner*;
- (C) troca de mensagens por aplicativo;
- (D) publicação de conteúdo em rede social aberta;
- (E) impressão de jornal de grande circulação.

29

Antônio, servidor público estadual ocupante de cargo de provimento efetivo, era desafeto do seu superior hierárquico. Este último, com o objetivo deliberado de prejudicá-lo, decidiu transferir Antônio para localidade distante, embora não fosse identificada necessidade do serviço. Irresignado, Antônio reuniu provas do ocorrido e encaminhou representação ao Ministério Público, solicitando o ajuizamento de ação em face do seu superior hierárquico em razão da prática de ato de improbidade administrativa tipificado na Lei nº 8.429/1992.

Na situação descrita, o Ministério Público concluiu corretamente, em relação à conduta do superior hierárquico, que:

- (A) a conduta não configura ato de improbidade administrativa, em razão do seu não enquadramento na tipologia da Lei nº 8.429/1992;
- (B) o desvio de finalidade afronta a moralidade administrativa, estando caracterizado ato de improbidade administrativa tipificado na Lei nº 8.429/1992;
- (C) a não caracterização do dolo do superior hierárquico impede o enquadramento da conduta na tipologia da Lei nº 8.429/1992 em que se subsume;
- (D) a conduta do superior hierárquico causou dano à esfera jurídica de Antônio, configurando ato de improbidade administrativa em razão do especial fim de agir que a motivou;
- (E) a tipologia da Lei nº 8.429/1992 é exemplificativa, o que permite o enquadramento da conduta do superior hierárquico na figura tipológica de violação aos princípios regentes da atividade estatal.

30

Joana é servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Em razão do seu elevado nível de dedicação ao serviço, além da simpatia e solicitude que caracterizam a sua interação com os usuários do serviço, era comum que recebesse presentes, com valor comercial, de modo dissociado de ações de divulgação e de eventos especiais ou datas comemorativas. Os bens buscavam apenas lhe agradar, não estando condicionados ou relacionados a qualquer ato afeto ao exercício funcional. Apesar da boa-fé com que se conduzia, Joana foi aconselhada a analisar o Código de Ética e Conduta dos Servidores e Colaboradores da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Provimento CGJ nº 32/2021), de modo a verificar se o recebimento de presentes era efetivamente permitido.

Após a análise realizada, Joana concluiu corretamente que o recebimento dos referidos presentes, nas condições indicadas, é:

- (A) vedado, em qualquer hipótese;
- (B) permitido, independentemente de qualquer condicionante;
- (C) vedado, caso os idênticos presentes não sejam oferecidos à generalidade dos servidores lotados no mesmo órgão de Joana;
- (D) permitido, desde que a soma dos presentes recebidos anualmente não ultrapasse o limite anual de um salário mínimo;
- (E) permitido, desde que não possam ser recusados ou devolvidos sem ônus para o servidor ou para a Administração Pública, devendo ser doados a entidades de caráter filantrópico ou cultural.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31

Em um projeto de consolidação de infraestrutura para uma instituição financeira, a equipe de arquitetura precisa definir a plataforma de execução para uma nova aplicação de High-Frequency Trading (HFT). A aplicação exige latência mínima e garantias estritas de isolamento de segurança entre os ambientes de diferentes clientes. Durante a análise técnica das opções de virtualização baseada em hipervisores e de containerização, o arquiteto responsável avaliou os mecanismos de interação com o processador e o gerenciamento de chamadas de sistema (syscalls).

Considerando as características arquiteturais e os modos de execução dessas tecnologias, é correto afirmar que:

- (A) a arquitetura de contêineres em Linux supera as limitações de segurança do compartilhamento de kernel ao implementar namespaces de usuário (User Namespaces) que mapeiam o usuário root do contêiner para um usuário não privilegiado no host, garantindo um isolamento de falhas e de superfície de ataque idêntico ao proporcionado pelas instruções de virtualização assistida por hardware (VT-x/AMD-V) das máquinas virtuais;
- (B) o monitor de máquinas virtuais (VMM), nos hipervisores do Tipo 1 (Bare Metal), opera em um modo de alto privilégio da CPU (como o VMX root mode), enquanto os sistemas operacionais convidados executam em um modo desprivilegiado, o que obriga a ocorrência de uma troca de contexto (VM Exit) sempre que o convidado tenta executar instruções sensíveis que alteram o estado global do sistema;
- (C) os hipervisores do Tipo 2 diferenciam-se dos do Tipo 1 principalmente pela capacidade de delegar a gestão de memória e o escalonamento de CPU diretamente ao hardware através de passthrough, sem a necessidade de intervenção do sistema operacional hospedeiro, o que elimina o overhead de tradução de endereços de memória característico das soluções Bare Metal;
- (D) a paravirtualização é uma técnica de otimização em que o hipervisor apresenta ao sistema operacional convidado uma cópia idêntica e não modificada do hardware subjacente, exigindo que o hipervisor intercepte e emule, via software, todas as instruções privilegiadas, independentemente do suporte de hardware para virtualização;
- (E) os contêineres, diferentemente das máquinas virtuais, que virtualizam o hardware para criar ambientes isolados, realizam a virtualização no nível da aplicação através da duplicação da camada de kernel do sistema operacional hospedeiro para cada instância, permitindo que cada contêiner carregue seus próprios módulos de kernel e drivers de dispositivo.

32

Uma startup de tecnologia está desenvolvendo uma plataforma de streaming que precisará armazenar petabytes de dados não estruturados, como vídeos, imagens e logs de aplicação. A equipe de arquitetura definiu que a solução não deve utilizar uma hierarquia tradicional de diretórios e pastas, mas, sim, um espaço de nomes plano (flat namespace), onde cada arquivo é tratado como uma unidade contendo o dado, um identificador único e metadados enriquecidos. Além disso, o acesso aos dados deve ser realizado programaticamente através de chamadas de API baseadas no protocolo HTTP (RESTful), como PUT e GET.

A arquitetura de armazenamento projetada para atender a esses requisitos de escalabilidade web e acesso via API é conhecida como:

- (A) SAN (Storage Area Network);
- (B) DAS (Direct Attached Storage);
- (C) NAS (Network Attached Storage);
- (D) armazenamento de objetos (Object Storage);
- (E) RAID (Redundant Array of Independent Disks).

33

Durante a transferência de um arquivo muito grande entre dois servidores de backup, uma falha momentânea no link interrompeu a comunicação. Ao restabelecer-se a conexão, a transmissão continuou exatamente do ponto em que havia parado, sem necessidade de reiniciar o envio.

Esse comportamento foi possibilitado por um protocolo que estabelece pontos de verificação (checkpoints) no fluxo de dados e gerencia o diálogo entre as aplicações (simplex, half-duplex ou full-duplex), mantendo a sincronização lógica da comunicação.

Essas funções são primariamente atribuídas, no modelo OSI, à camada de:

- (A) rede;
- (B) sessão;
- (C) enlace;
- (D) transporte;
- (E) apresentação.

34

Um tribunal Regional possui um roteador de borda que conecta a rede interna a dois provedores de internet (ISP1 e ISP2). A tabela de rotas IPv4 do roteador contém uma rota estática para o ISP1 e uma rota aprendida via OSPF vindo do ISP2:

```
S* 0.0.0.0/0 [1/0] via 200.10.10.1 (ISP1)
O 0.0.0.0/0 [110/20] via 201.20.20.1 (ISP2)
C 10.10.0.0/16 is directly connected, ETH0/0
C 192.168.100.0/24 is directly connected, ETH0/0
```

Considere que não há outras rotas mais específicas para destinos externos.

Quando um host da rede 192.168.100.0/24 envia um pacote para o endereço 8.8.8.8, o comportamento esperado de encaminhamento nesse roteador, de acordo com os critérios de escolha de rota em roteadores tradicionais, é que o pacote será:

- (A) encaminhado pelo ISP2, pois o OSPF sempre tem prioridade sobre rotas estáticas quando o destino é 0.0.0.0/0;
- (B) descartado, pois há duas rotas padrão conflitantes (estática e OSPF) e o roteador não consegue decidir qual utilizar;
- (C) encaminhado pelo ISP1, pois a rota estática padrão possui distância administrativa menor (1) do que a rota aprendida via OSPF (110);
- (D) encaminhado de forma alternada entre ISP1 e ISP2, pois o roteador faz load balancing automático sempre que existem duas rotas para 0.0.0.0/0;
- (E) enviado primeiro ao ISP2; se não houver resposta, o roteador automaticamente desativa a rota estática e passa a usar apenas a rota OSPF.

35

Um administrador de segurança está configurando uma ACL em um roteador Cisco IOS para filtrar tráfego malicioso. A política de segurança determina que apenas os hosts da sub-rede 10.50.0.0/24 cujo último octeto seja ímpar (por exemplo, 10.50.0.1, 10.50.0.3, 10.50.0.5 etc.) possam acessar o servidor financeiro no IP 172.16.1.10, para qualquer protocolo IP.

Considere o seguinte comando de ACL, em que deve ser preenchida apenas a máscara curinga da origem:

```
>access-list 101 permit ip 10.50.0.1 [wildcard mask]
host 172.16.1.10
```

A máscara curinga (Wildcard Mask) correta para casar, em uma única instrução, exatamente todos os endereços da sub-rede 10.50.0.0/24 cujo último octeto é ímpar é:

- (A) 0.0.0.255
- (B) 0.0.0.254
- (C) 0.0.0.253
- (D) 0.0.0.252
- (E) 0.0.0.1

36

No contexto da segurança da informação, a chamada tríade CIA (Confidentiality, Integrity, Availability) representa três princípios fundamentais que orientam a proteção de ativos de informação nas organizações.

Associe cada situação ao principal princípio de segurança afetado.

1. Confidencialidade
2. Integridade
3. Disponibilidade

- () Um erro em um processo de atualização de software altera indevidamente parte dos registros de transações financeiras.
- () Uma pane em um servidor impede, por horas, o acesso dos usuários a um sistema crítico de emissão de passagens.
- () Um funcionário sem autorização consegue visualizar o prontuário médico de um paciente em um sistema hospitalar.

A sequência correta é:

- (A) 1, 2 e 3;
- (B) 2, 1 e 3;
- (C) 2, 3 e 1;
- (D) 3, 2 e 1;
- (E) 3, 1 e 2.

37

Um órgão público mantém um sistema de processamento de folha de pagamento que roda, durante a maior parte do ano, em infraestrutura própria (on-premises).

No entanto, nos meses de dezembro e janeiro, a demanda por processamento aumenta significativamente devido ao 13º salário, reajustes e grande volume de retificações, causando risco de indisponibilidade e degradação de desempenho.

Para lidar com esses picos, a equipe de TI decide configurar um mecanismo automático para que, sempre que a carga ultrapassar determinado limiar, sejam instanciados recursos adicionais de computação em uma nuvem pública.

Essa estratégia de extensão dinâmica da capacidade computacional para a nuvem pública em momentos de alta demanda é denominada:

- (A) multi-cloud;
- (B) autoscaling;
- (C) cloud bursting;
- (D) edge computing;
- (E) infraestrutura hiperconvergente.

38

Uma corte superior está redesenhando sua arquitetura de sistemas para suportar sistemas legados críticos ainda executados em data center próprio, novos serviços digitais com alta variabilidade de carga (portais, APIs abertas, painéis em tempo real), além de requisitos rígidos de conformidade, auditoria e soberania de dados.

Na proposta inicial, a área de TI contrapõe duas abordagens de alto nível:

- estratégia nativa (cloud-native), com serviços desenhados desde o início para consumir intensamente recursos de nuvem pública (contêineres orquestrados, funções serverless, filas e bancos gerenciados, observabilidade integrada etc.);
- estratégia híbrida, em que parte significativa da carga permanece em data center próprio ou em nuvem privada, com integração estruturada (túneis seguros, VPN, direct connect, replicação de dados) com a nuvem pública.

Considerando os trade-offs entre uma arquitetura nativa em nuvem e uma arquitetura híbrida nesse contexto, é correto afirmar que:

- (A) em uma arquitetura híbrida, a presença simultânea de ambientes on-premises e em nuvem tende a reduzir o risco de vendor lock-in, pois a possibilidade de distribuir cargas entre os dois lados torna menos relevante a escolha de serviços gerenciados específicos de cada provedor;
- (B) em uma arquitetura cloud-native em nuvem pública, é comum explorar serviços gerenciados e elasticidade para acelerar entregas e simplificar operação, enquanto a arquitetura híbrida tende a facilitar a convivência com sistemas legados e requisitos locais, aumentando, por outro lado, a complexidade de governança, a observabilidade fim a fim e a gestão de latência entre domínios;
- (C) em cenários com forte exigência de soberania de dados, concentrar todas as cargas em um único provedor de nuvem pública costuma ser mais adequado do que manter parte dos sistemas on-premises, pois a unificação da infraestrutura tende a simplificar o atendimento às restrições regulatórias;
- (D) em caso de adoção de uma arquitetura híbrida, limita-se de forma relevante o uso de práticas cloud-native, como contêineres, orquestração, infraestrutura como código e observabilidade distribuída, que apresentam melhor relação custo-benefício quando o ambiente está predominantemente na nuvem pública;
- (E) em uma arquitetura cloud-native bem desenhada, o uso de serviços serverless e bancos de dados gerenciados tende a atender grande parte das necessidades de auditoria, trilhas de acesso, criptografia e segmentação de redes, reduzindo a necessidade de controles adicionais de segurança em comparação a uma arquitetura híbrida baseada em data center próprio.

39

O departamento de TI de um tribunal migrou seu sistema de consulta processual para um provedor de nuvem pública, adotando o modelo PaaS (Platform as a Service) por meio de um serviço de Web App gerenciado. Seis meses após a migração, o sistema sofreu uma invasão que resultou na exfiltração de dados. A perícia forense digital concluiu que:

- o código-fonte da aplicação desenvolvido pelo tribunal seguia as práticas seguras da OWASP;
- as credenciais e o gerenciamento de identidade (IAM) estavam configurados corretamente pelo Tribunal; e
- a invasão ocorreu estritamente devido à exploração de uma vulnerabilidade conhecida (CVE) e não corrigida no kernel do sistema operacional do servidor que hospedava o ambiente de execução (runtime).

Considerando o Modelo de Responsabilidade Compartilhada aplicável a serviços PaaS, é correto afirmar que a responsabilidade pela falha de segurança que permitiu o incidente é:

- (A) do tribunal, pois a segurança dos dados e da aplicação é de responsabilidade do cliente e, ao escolher um ambiente compartilhado, o cliente assume o risco residual das vulnerabilidades do sistema operacional subjacente;
- (B) do provedor de nuvem, pois no modelo PaaS a gestão do sistema operacional, incluindo a aplicação de patches de segurança e a manutenção do ambiente de execução (runtime), é de responsabilidade exclusiva do fornecedor da plataforma;
- (C) compartilhada, pois, embora o provedor gerencie o hardware, o tribunal tem a obrigação de instalar agentes de segurança baseados em host (HIDS) para monitorar a integridade do sistema operacional, mesmo em ambientes gerenciados;
- (D) do tribunal, visto que a aplicação de correções no sistema operacional convidado (Guest OS) é uma responsabilidade do cliente em todos os modelos de serviço (IaaS, PaaS e SaaS), exceto quando contratado um serviço de suporte premium dedicado;
- (E) do provedor de nuvem, apenas se o contrato de nível de serviço (SLA) especificar explicitamente a versão do kernel a ser utilizada; caso contrário, a responsabilidade recai sobre o tribunal por não ter auditado a infraestrutura subjacente antes do deploy.

40

O sistema operacional Moderno implementa a alocação de memória virtual baseada em paginação, combinando técnicas e estruturas de dados encontrados em outros sistemas operacionais. A tabela de páginas de memória do Moderno foi implementada nos mesmos moldes do Linux.

Sendo assim, é correto afirmar que a tabela de páginas de memória do Moderno:

- (A) armazena informações sobre o estado de cada página, sem realizar mapeamento de endereços;
- (B) mapeia endereços virtuais para endereços físicos, sendo incapaz de influenciar a proteção de memória;
- (C) mapeia endereços virtuais para endereços físicos e é capaz de influenciar a proteção de memória;
- (D) não realiza mapeamento de endereços, sendo incapaz de influenciar a proteção de memória;
- (E) armazena informações sobre o estado de cada página, sendo incapaz de influenciar a proteção de memória.

41

O departamento de TI de uma escola está desenvolvendo um Sistema de Gestão Escolar usando a metodologia ágil. Depois de definido 90% do escopo do projeto, o diretor da escola solicitou uma mudança significativa no escopo com a alegação de que a nova funcionalidade tinha se tornado prioridade.

A equipe ágil deve lidar com essa demanda:

- (A) aceitando a mudança apenas após o término do projeto;
- (B) recusando a mudança, pois ela compromete o planejamento inicial;
- (C) avaliando a solicitação junto ao Product Owner e adaptando o backlog;
- (D) cobrando uma taxa adicional e incluindo a funcionalidade sem discussão;
- (E) suspendendo o projeto até que todas as mudanças sejam definidas.

42

A empresa Y está desenvolvendo uma plataforma de e-commerce para uma empresa de vendas online. Com base nos testes de usabilidade e feedback do usuário, a equipe de desenvolvimento decidiu efetuar alterações nas funcionalidades, sendo que algumas delas resultariam em mudanças no escopo original.

Ao levar esse fato ao gerente de projetos, a equipe usou o PMBOK para justificar as alterações com base no princípio do(a):

- (A) foco em valor;
- (B) liderança servidora;
- (C) pensamento sistêmico;
- (D) adaptação e resiliência;
- (E) colaboração e engajamento.

43

O TJRJ está desenvolvendo um sistema cujas operações envolverão o tratamento de dados pessoais. A fim de garantir a conformidade com a Lei nº 13.709/2018, o módulo B do sistema deve observar especificamente o princípio da LGPD que assegura que o tratamento seja compatível com os fins informados ao titular, de acordo com o contexto do tratamento.

O princípio da LGPD especificamente observado pelo módulo B é o da:

- (A) finalidade;
- (B) prevenção;
- (C) adequação;
- (D) necessidade;
- (E) transparência.

44

Uma equipe de analistas do TJRJ foi encarregada de aumentar o nível de proteção da rede 2 e, se possível, aprimorar sua gestão. Na rede 2, todas as aplicações web são hospedadas em servidores locais. Após uma análise detalhada, a equipe propôs a implementação de uma zona desmilitarizada (DMZ) na rede 2. As aplicações web voltadas ao público externo seriam movidas para a DMZ, enquanto os dados locais usados pelas aplicações permaneceriam fora dessa zona. Em sua análise, a equipe levou em consideração os princípios de defesa em profundidade e do menor privilégio.

O objetivo da DMZ no cenário apresentado é:

- (A) diminuir a dependência de firewalls;
- (B) simplificar o nível de segmentação da rede;
- (C) criar uma rede interna segura para as aplicações web;
- (D) isolar completamente os servidores locais da internet;
- (E) atuar como uma camada adicional de segurança da rede.

45

O analista Rafael implementou com sucesso uma função hash, que denominou H, para armazenar as senhas em um sistema. A fim de mitigar eventuais ataques de tabela arco-íris, Rafael implementou nas senhas a técnica padrão de salting, antes de aplicar a função H.

A técnica de salting implementada por Rafael mitiga o ataque de tabela arco-íris na medida em que:

- (A) armazena parte da senha original juntamente com o hash, tornando a tabela arco-íris maior e mais custosa;
- (B) resulta em um hashing de menor custo computacional, aumentando as chances de colisão na tabela arco-íris;
- (C) introduz um valor aleatório único em cada senha antes do hashing, dificultando a pré-computação de tabelas arco-íris;
- (D) troca caracteres da senha original por outros aleatórios antes do hashing, tornando a tabela arco-íris maior e mais custosa;
- (E) adiciona um valor aleatório único entre blocos de senhas antes do hashing, aumentando as chances de colisão na tabela arco-íris.

46

Uma empresa de consultoria de segurança foi contratada pelo Tribunal de Justiça do Estado X (TJEX) para verificar como está o nível de segurança em sua rede local. Após algum tempo de trabalho, a consultoria identificou que o servidor de arquivos do Tribunal possuía os serviços de FTP e telnet ativos, mesmo sem uso.

De forma a aumentar o hardening do TJEX, a consultoria deve solicitar:

- (A) a atualização do antivírus do servidor;
- (B) a desabilitação ou remoção dos serviços não utilizados;
- (C) a manutenção dos serviços ativos para testes e usos futuros;
- (D) a criação de uma conta de administrador genérica para testes dos serviços;
- (E) o compartilhamento da senha do servidor para que a equipe possa fazer a gestão dele corretamente.

47

Durante a gestão de uma infraestrutura automatizada via IaC, uma equipe de operações percebeu que alguns recursos estavam com configurações diferentes das definidas originalmente no código. Nenhuma alteração foi registrada nos repositórios ou pipelines. Esse cenário caracteriza um desvio (drift).

A abordagem adequada para lidar com as ações descritas é:

- (A) ignorar o desvio, desde que os recursos estejam funcionando corretamente;
- (B) recriar toda a infraestrutura manualmente para garantir que esteja conforme o código;
- (C) desabilitar o controle de versão dos arquivos IaC para evitar conflitos com o estado real;
- (D) permitir alterações manuais nos recursos, desde que documentadas em planilhas compartilhadas;
- (E) implementar uma rotina de verificação periódica entre o estado desejado e o estado atual da infraestrutura.

48

Ao efetuar uma investigação de segurança, um analista de segurança do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) identificou um processo que tentava se comunicar com um domínio recém-criado, porém não categorizado.

Em seu relatório para o chefe de TI do TJRJ, o analista explica o que foi encontrado a partir da seguinte técnica de observabilidade:

- (A) criptografia de tráfego;
- (B) backup de logs em nuvem;
- (C) análise de reputação de domínio;
- (D) monitoramento de CPU e memória;
- (E) controle de acesso baseado em função.

49

A +Acordo é a plataforma institucional de Resolução Online de Disputas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

A plataforma tem por objetivo conferir soluções adequadas e céleres para os mais diversos conflitos de interesses, proporcionando uma melhor experiência ao usuário e aumentando a efetividade do Poder Judiciário.

Após a autenticação bem-sucedida, a plataforma consulta a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para confirmar se o CPF informado está associado a uma inscrição válida e ativa nos sistemas da OAB; somente assim o advogado está autorizado a usar a plataforma com o perfil de advogado ou representante jurídico.

A propriedade da segurança da informação garantida por meio da consulta à OAB é:

- (A) integridade;
- (B) autenticidade;
- (C) disponibilidade;
- (D) irretratabilidade;
- (E) confidencialidade.

50

A Política de Segurança da Informação (PSI) do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro tem como objetivo geral garantir a confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade das informações e dos recursos de tecnologia da informação, visando à proteção do patrimônio informacional e à continuidade dos serviços prestados.

Para cumprir os preceitos da PSI, a Secretaria Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações (SGTEC) implementou uma estratégia de segurança que compreende a utilização de defesa em profundidade.

A defesa em profundidade se caracteriza por:

- (A) eliminar controles de segurança redundantes;
- (B) fornecer privilégios administrativos aos magistrados;
- (C) automatizar todos os processos de segurança, eliminando a intervenção humana;
- (D) implementar firewall, segmentação de rede, realização de cópias de segurança e monitoramento contínuo;
- (E) aumentar a complexidade da rede, criando barreiras que impossibilitem totalmente qualquer tipo de ataque.

51

O sistema de processo judicial eletrônico utilizado pelo Tribunal de Justiça do Estado X oferece uma série de funcionalidades que tornam o andamento processual mais ágil, seguro e transparente. A área de segurança da informação do tribunal identificou uma tentativa de acesso aos dados sigilosos do sistema. O atacante utilizou credenciais falsas de um funcionário do tribunal e conseguiu capturar alguns pacotes de dados. Após analisar o ataque, o gestor de segurança da informação garantiu que o atacante não conseguiu ler os dados capturados.

No cenário descrito, a criptografia:

- (A) eliminou a necessidade de autenticação;
- (B) tornou impossível qualquer fase do ataque;
- (C) protegeu a identidade do funcionário do tribunal;
- (D) identificou que as credenciais de acesso eram falsas;
- (E) impediu que o atacante acessasse o conteúdo dos pacotes.

52

O Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) é a ferramenta que centraliza e uniformiza a gestão de processos de execução penal em todo o país.

O Sistema permite um trâmite processual mais eficiente e proporciona a gestão confiável dos dados da população carcerária do Brasil.

Para estabelecer conexão com o sistema, o advogado pode utilizar seu certificado digital da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) ou efetuar seu login utilizando sua conta de acesso à plataforma Gov.br.

No cenário descrito, a criptografia assimétrica:

- (A) requer que a chave privada seja divulgada publicamente;
- (B) emprega a mesma chave privada para cifrar e decifrar as informações;
- (C) pode ser usada para assegurar a confidencialidade, integridade e não repúdio;
- (D) é mais rápida que a simétrica e, por isso, é utilizada para cifrar grandes volumes de dados;
- (E) necessita de um canal de comunicação seguro para compartilhar a chave privada.

53

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, com a finalidade de ser a Autoridade Certificadora Raiz (AC Raiz) da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

A cadeia de confiança no uso de certificados digitais é assegurada pelo(a):

- (A) uso de tokens criptográficos conectados ao computador;
- (B) envio da chave privada para a AC Raiz por uma conexão segura;
- (C) hierarquia entre AC Raiz, AC Intermediária e certificados emitidos;
- (D) estabelecimento da comunicação por meio de uma rede virtual privada;
- (E) redundância gerada pelo armazenamento da chave privada em múltiplos servidores.

54

O Processo Judicial Eletrônico (PJe) é uma plataforma digital que permite a prática de atos jurídicos e acompanhamento do trâmite processual de forma padronizada.

Para acessar o sistema, o usuário precisa informar suas credenciais de acesso (login e senha) e o código de autenticação gerado fora da plataforma.

A forma descrita de acesso ao PJe é conhecida como:

- (A) assinatura digital;
- (B) criptografia simétrica;
- (C) criptografia assimétrica;
- (D) autenticação multifator;
- (E) federação de identidades.

55

Uma corretora de valores, especializada em serviços financeiros digitais, buscou a implementação do modelo Zero Trust após sofrer um ataque de ransomware que explorou credenciais de um colaborador remoto.

Com o objetivo de evitar novos ataques nesse sentido e se adequar aos princípios do modelo, a ação alinhada com o processo a ser executado pela corretora é:

- (A) utilizar firewalls tradicionais para proteger o perímetro da rede;
- (B) permitir acesso irrestrito à rede interna para dispositivos autenticados;
- (C) confiar em VPNs como única camada de segurança para usuários remotos;
- (D) conceder acesso baseado em função, sem considerar contexto ou comportamento;
- (E) implementar microssegmentação para isolar recursos críticos e limitar movimentos laterais.

56

A empresa Beta, que trabalha com soluções para o setor educacional, está migrando seus sistemas para a nuvem e adotando práticas DevSecOps para garantir segurança desde o desenvolvimento até a operação. Durante uma reunião de planejamento, o CTO (Chief Technology Officer) da empresa Beta propôs integrar ferramentas de segurança diretamente no pipeline de CI/CD.

Com base nas práticas DevSecOps, a ação alinhada com o modelo a ser implementada pela empresa Beta é:

- (A) realizar testes de segurança apenas após a aplicação estar em produção;
- (B) delegar a responsabilidade de segurança exclusivamente à equipe de operações;
- (C) utilizar scripts manuais para validar segurança após cada ciclo de desenvolvimento;
- (D) integrar ferramentas de análise de vulnerabilidades no pipeline de integração contínua;
- (E) priorizar velocidade de entrega sobre validações de segurança em ambientes de teste.

57

A empresa Data_Trust_Cloud, especializada em serviços de armazenamento em nuvem, identificou que, em virtude de algum erro na atribuição de permissões, alguns colaboradores estavam acessando dados confidenciais fora do escopo de suas funções. Uma auditoria foi contratada para avaliar o problema e trouxe como possibilidade algumas formas de controle de acesso.

O CTO decidiu, então, pelo RBAC (controle baseado em função), uma vez que esse tipo de acesso permite:

- (A) conceder acesso total a todos os usuários autenticados;
- (B) registrar acessos apenas em sistemas críticos;
- (C) autorizar a escolha de suas permissões por parte dos próprios usuários conforme a necessidade;
- (D) utilizar autenticação multifator apenas para administradores;
- (E) definir permissões com base nas atividades desempenhadas.

58

A equipe de segurança da informação do TJRJ realizou um pentest em uma aplicação web responsável pelo gerenciamento de documentos. O pentester conseguiu manipular parâmetros de uma requisição HTTP de forma a injetar um código Javascript malicioso no servidor web. O código injetado foi inadvertidamente inserido pelo servidor em meio a uma página web devolvida a um usuário logado. O navegador web do usuário logado executou o código malicioso e permitiu a exfiltração de dados sensíveis.

Uma mitigação eficaz e imediata para esse tipo de ataque, em conformidade com as recomendações do OWASP Top 10, é:

- (A) implementar um sistema de autenticação multifator (MFA) para todos os usuários da aplicação;
- (B) implementar um Web Application Firewall (WAF) com regras de detecção de ataques XSS;
- (C) realizar uma análise estática do código-fonte da aplicação para identificar e corrigir vulnerabilidades;
- (D) utilizar Content Security Policy (CSP) para restringir as fontes de onde o navegador pode carregar recursos;
- (E) aplicar os devidos patches de segurança no servidor web e bloquear o carregamento da página em navegadores inseguros.

59

A analista Renata está implementando o fluxo Authorization Code Grant com Proof Key for Code Exchange (PKCE), do OAuth 2.0, em um aplicativo mobile, a fim de acessar uma API protegida. Conforme as especificações do OAuth 2.0 para esse fluxo, o servidor de autenticação deve efetuar certas validações na fase de troca do código de autorização pelo token de acesso. A passagem de parâmetros para o servidor de autenticação foi implementada pela analista de forma correta, ao longo de todo o fluxo.

Cabe ao servidor de autorização verificar, na referida fase, se:

- (A) o code e o challenge recebidos são válidos e se o challenge foi derivado do respectivo verifier;
- (B) o code e o verifier recebidos são válidos e se o challenge foi derivado do respectivo verifier;
- (C) o challenge e o verifier recebidos são válidos e se o challenge foi derivado do respectivo code;
- (D) o code e o verifier recebidos são válidos e se o verifier foi derivado do respectivo challenge;
- (E) o challenge e o verifier recebidos são válidos e se o code foi derivado do respectivo challenge.

60

A equipe de segurança da informação do TJRJ está implementando uma nova rede, alinhada aos princípios do modelo Zero Trust. Para segmentar a nova rede de forma a isolar granularmente diferentes aplicações e ambientes, a equipe deve empregar uma técnica de segmentação avançada, que permita a definição de políticas de segurança específicas para cada carga de trabalho.

Dentre as técnicas de segmentação disponíveis, a mais apropriada para a nova rede do TJRJ é:

- (A) a segmentação de rede por sub-redes, com firewalls dedicados para cada segmento de carga de trabalho;
- (B) a microssegmentação, implementando políticas de firewall baseadas em identidade e contexto da carga de trabalho;
- (C) a segmentação de rede baseada em VLANs, criando túneis criptografados para isolar o tráfego de diferentes cargas de trabalho;
- (D) a segmentação de rede por sub-redes, utilizando roteadores com listas de controle de acesso para restringir o tráfego de cada carga de trabalho;
- (E) a segmentação de rede baseada em VLANs, utilizando um sistema de gerenciamento centralizado para aplicar políticas de segurança a várias cargas de trabalho.

61

Uma equipe de analistas do TJRJ está revisando a maturidade da gestão de segurança da informação no Tribunal, à luz de normas internacionais. Ao utilizar o NIST Cybersecurity Framework (CSF) como referência, os analistas constataram que a capacidade do TJRJ de analisar anomalias recém-descobertas, em tempo hábil, com a utilização de informações de inteligência de ameaças, necessita de aprimoramento.

De acordo com o CSF, a capacidade do Tribunal a ser aprimorada está diretamente relacionada à função central de:

- (A) detectar;
- (B) proteger;
- (C) governar;
- (D) identificar;
- (E) responder.

62

João e Maria tiveram um embate argumentativo, considerando as ideias que prestigiavam. João, valendo-se de sua liberdade de expressão, teria feito comentários que Maria entendia serem prejudiciais à sua imagem no ambiente sociopolítico e, em último nível, ao seu direito à honra. Por tal razão, Maria ajuizou ação de reparação de danos morais em face de João.

O juiz de direito, ao julgar a causa, observou corretamente que:

- (A) a ordem constitucional somente consagra o direito fundamental à liberdade de expressão, não o direito à honra;
- (B) a liberdade de expressão, em ambientes democráticos, sempre tem preferência sobre outros direitos, a exemplo da honra;
- (C) os direitos fundamentais oferecem proteção absoluta à pessoa humana; logo, é argumentativamente insustentável a colisão cogitada por Maria;
- (D) o direito à honra decorre da dignidade humana, assumindo contornos absolutos, sendo insuscetível de ser objeto de compressão pela liberdade de expressão;
- (E) a identificação do direito que deve preponderar, em maior ou menor medida, se a liberdade de expressão ou o direito à honra, será feita à luz das circunstâncias do caso concreto.

63

O secretário de Infraestrutura do Estado Beta, logo após ser empossado, solicitou que sua assessoria elaborasse edital de licitação com o objetivo de realizar a concessão do serviço local de gás canalizado, de modo a viabilizar a sua exploração por uma sociedade empresária. Essa forma de exploração, ao ver do secretário, tenderia a alcançar maiores níveis de eficiência, considerando a maior mobilidade do setor privado.

Considerando os balizamentos oferecidos pela narrativa e a sistemática constitucional, é correto afirmar que o referido serviço local:

- (A) deve ser explorado pelos municípios, não por Beta;
- (B) deve ser explorado por Beta diretamente, e não indiretamente, como cogitado;
- (C) pode ser explorado indiretamente por Beta, sob o regime de concessão, como cogitado;
- (D) pode ser explorado por Beta direta ou indiretamente, desde que haja delegação da União;
- (E) é de competência privativa da União, não sendo permitido que sua exploração seja delegada a outros entes federativos.

64

O prefeito do Município Sigma almeja contratar pessoa com expertise na área de gestão e governança digital, para dirigir um setor especificamente direcionado ao aprimoramento das atividades que demandam suporte tecnológico, de modo a aprimorar os serviços oferecidos à população. A exigência de um profissional qualificado para a direção do setor refletia uma necessidade permanente da Administração Pública.

Ao consultar sua assessoria jurídica em relação ao formato da referida contratação, o chefe do Poder Executivo municipal foi corretamente esclarecido de que:

- (A) deve ser utilizada a sistemática da contratação temporária;
- (B) a contratação deve ser antecedida pela aprovação da pessoa em concurso público;
- (C) podem ser utilizadas as sistemáticas do cargo em comissão e da função de confiança;
- (D) somente pode ser utilizada a sistemática do cargo em comissão, caso não haja prévia aprovação em concurso público;
- (E) somente pode ser utilizada a sistemática da função de confiança, caso não haja prévia aprovação em concurso público.

65

João, servidor público no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, está analisando determinado processo em que a autarquia estadual Alfa e a sociedade de economia mista Beta são partes.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário dominante, é correto afirmar que:

- (A) a sociedade de economia mista Beta é uma pessoa jurídica de direito privado integrante da Administração Pública indireta;
- (B) o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro é um órgão público integrante da Administração Pública indireta;
- (C) a autarquia estadual Alfa é uma pessoa jurídica de direito público integrante da Administração Pública direta;
- (D) o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro é uma manifestação da descentralização administrativa;
- (E) a autarquia estadual Alfa é uma manifestação da desconcentração administrativa.

66

Matheus, servidor público no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, tomou conhecimento de que a sociedade empresária Alfa impetrou, em juízo, mandado de segurança coletivo, com o objetivo de proteger o direito líquido e certo dos seus acionistas. Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que a sociedade empresária Alfa agiu de forma:

- (A) inadequada, pois o mandado de segurança coletivo poderá ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, bem como por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;
- (B) inadequada, pois o mandado de segurança coletivo poderá ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, bem como por associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos três anos, em defesa dos interesses de seus associados;
- (C) acertada, pois, ausente previsão constitucional ou legal em sentido contrário, o mandado de segurança coletivo poderá ser impetrado tanto por pessoas físicas quanto por pessoas jurídicas, na defesa dos interesses da coletividade em geral;
- (D) inadequada, pois o mandado de segurança coletivo poderá ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional ou nas Assembleias Legislativas dos estados da federação;
- (E) acertada, pois o mandado de segurança coletivo poderá ser impetrado por qualquer pessoa jurídica de direito privado, na defesa dos interesses de seus membros ou acionistas.

67

O prefeito do Município Alfa, no Estado do Rio de Janeiro, pretende publicar edital de licitação visando à celebração de contrato administrativo com a entidade vencedora. Registre-se que o referido agente político demonstrou interesse na utilização, como modalidade de licitação, de regras combinadas do pregão e da concorrência.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que:

- (A) não é possível a combinação das regras aplicáveis ao pregão e à concorrência, pois, como a legislação é silente sobre a matéria, o poder público não poderá inovar;
- (B) é possível a combinação das regras aplicáveis ao pregão e à concorrência, desde que haja concordância expressa dos licitantes;
- (C) é possível a combinação das regras aplicáveis ao pregão e à concorrência, desde que o edital de licitação assim o preveja;
- (D) não é possível a combinação das regras aplicáveis ao pregão e à concorrência, por expressa vedação legal nesse sentido;
- (E) é possível a combinação das regras aplicáveis ao pregão e à concorrência, por expressa previsão legal nesse sentido.

68

O Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (MoReq-Jus), aprovado pela Resolução CNJ nº 522/2023, explicita que:

- (A) para avaliação do grau de aderência ao MoReq-Jus, os sistemas deverão ser submetidos ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça;
- (B) para o aproveitamento comum das melhores soluções tecnológicas, deve ser aplicado o conceito de desenvolvimento livre;
- (C) para o desenvolvimento ou a aquisição de sistemas, as especificações e o respectivo documento de visão deverão fazer menção expressa ao grau de adesão ao MoReq-Jus;
- (D) para a especificação de requisitos não funcionais que cause dependência tecnológica de fornecedor externo, faz-se necessária a avaliação prévia com vistas à possível definição de acordo de cooperação entre as partes;
- (E) na especificação e no desenvolvimento de funcionalidade em que se constate conflito entre requisitos, deverão ser aplicados os requisitos não funcionais relacionados à segurança, em detrimento de outros.

69

Matheus, servidor público no âmbito do Poder Executivo do Estado Alfa, abandonou, dolosamente, o cargo público por ele ocupado, sem qualquer justificativa e fora dos casos permitidos em lei. Registre-se, contudo, que a conduta de Matheus não gerou prejuízo ao poder público.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Matheus:

- (A) não responderá por qualquer delito, já que o abandono de função, para caracterizar infração penal, pressupõe a ocorrência de prejuízo ao poder público;
- (B) responderá pelo crime de abandono de função, na modalidade simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena;
- (C) não responderá por qualquer delito, já que o abandono de função, embora reprovável, não é tipificado como infração penal;
- (D) responderá pelo crime de abandono de função, na modalidade qualificada, sem causas de aumento de pena;
- (E) responderá pelo crime de abandono de função, na modalidade simples, sem causas de aumento de pena.

70

Flora é mestranda em uma universidade pública e tem buscado dados e informações de fontes confiáveis para conduzir parte dos experimentos que apresentará em sua dissertação.

De acordo com a Lei nº 12.527/2011, que dispõe sobre os procedimentos a fim de garantir o acesso a informações de interesse público, Flora terá direito de obter informações:

- (A) relacionadas à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz;
- (B) produzidas ou custodiadas por pessoa física ou entidade privada enquanto esta mantenha vínculo com órgãos ou entidades públicas;
- (C) que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas;
- (D) sobre investigações ou fiscalizações em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações, após o consentimento das partes envolvidas;
- (E) referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos atinentes à segurança e soberania do Estado, após assinatura do Termo de Manutenção de Sigilo.

PROVA DISCURSIVA

A empresa X atua no desenvolvimento de softwares para gestão empresarial e coleta dados pessoais de clientes, colaboradores e usuários de suas plataformas. Recentemente, a empresa iniciou um projeto de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e à norma ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013, visando a garantir conformidade legal e segurança da informação. A empresa X contratou um consultor de governança de dados para orientar a diretoria sobre os principais pontos de atenção nesse processo.

Com base nos documentos legais e normativos, defina, de maneira fundamentada, como o consultor orientaria a empresa X quanto aos seguintes pontos:

- a) a caracterização do tratamento de dados pessoais e a razão pela qual se exige conformidade com a LGPD;
- b) a identificação dos princípios da LGPD que devem ser observados pela empresa X ao tratar dados de clientes e colaboradores;
- c) os requisitos obrigatórios da ISO/IEC 27001 que a empresa X deve implementar para garantir a segurança da informação;
- d) a maneira como o consentimento dos titulares deve ser obtido e gerenciado pela empresa X, relacionando com os controles exigidos pela ISO/IEC 27001.

Valor: 20 pontos

Máximo de 30 linhas.

1

5

10

15

20

25

30

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização

